



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638637 - SC (2021/0001438-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : TIAGO KUSTERS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TIAGO KUSTERS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5005406-08-8-24-0054).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime fechado e de 583 dias-multa pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que caracteriza *bis in idem* o aumento da pena-base e também o afastamento da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 com base na diversidade das drogas apreendidas.

Alega ainda que a quantidade de droga apreendida não autoriza a imposição de regime prisional mais gravoso.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação em relação ao excesso de pena alegado nas razões do *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente